

FACULDADE LABORO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

**MARIZA GONTIJO ESTEVES**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS E CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE À  
POBREZA**

Brasília - DF  
2017

**MARIZA GONTIJO ESTEVES**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS E CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE À  
POBREZA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública, da Faculdade de Laboro, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Me. Israel Coutinho Sampaio Lima

Brasília - DF  
2017

Esteves, Mariza Gontijo

O programa bolsa família: impactos e contribuições no combate à pobreza / Mariza Gontijo Esteves -. Brasília, 2017.

Impresso por computador (fotocópia)

15 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) Faculdade LABORO. -. 2017.

Orientador: Prof. Me Israel Coutinho Sampaio Lima.

1. Programa Bolsa Família. 2. Pobreza. 3. Assistência social. I. Título.

CDU: 36

**MARIZA GONTIJO ESTEVES**

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS E CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE À  
POBREZA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública, da Faculdade de Laboro, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Me. Israel Coutinho Sampaio Lima** (Orientador)  
Mestre em Saúde da Família  
Universidade Estácio de Sá

---

Examinador 1

---

Examinador 2

## **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS E CONTRIBUIÇÕES NO COMBATE À POBREZA**

**MARIZA GONTIJO ESTEVES<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O Programa Bolsa Família é considerado o maior programa brasileiro de transferência de renda e tem por objetivo acolher as pessoas em situação de vulnerabilidade social que comprovem não terem meios para a manutenção de sua família em relação às necessidades básicas. Para este trabalho, foi feita uma revisão da literatura sobre o conceito de pobreza e sua contextualização e uma breve descrição da história do Programa Bolsa Família. De acordo com dados compilados em trabalhos científicos, realizou-se uma análise dos resultados encontrados. Esses resultados demonstram que o Programa melhorou o perfil das desigualdades sociais ao contribuir para a diminuição dos índices de pobreza entre a população brasileira. O ideal seria que a política social estivesse articulada com a política econômica no objetivo de combater a pobreza em suas diferentes formas e na construção de uma sociedade mais igualitária.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Pobreza. Assistência social.

## **THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: IMPACTS AND CONTRIBUTIONS IN COMBATING POVERTY**

### **ABSTRACT**

Bolsa Família is considered the major Brazilian program of income transfer and its main objective is to assist people in situations of social vulnerability that can prove they do not have the financial means to support their families to meet their basic needs. For this work, a literature review was carried out on the concept of poverty and its contextualization, as well as a brief description of the history of the Bolsa Família Program. According to data compiled in scientific works, an analysis of the results was performed. These results demonstrate that the Program has improved social equality by contributing to the reduction of poverty rates among the Brazilian population. Ideally, social policy should be articulated with economic policy in order to combat poverty in its different forms and to build a more egalitarian society.

**Key-words:** Bolsa Família Program. Poverty. Social Assistance.

---

<sup>1</sup> Especialização em Gestão Pública pela Faculdade Laboro, 2017.

## 1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), situado no campo da Política Nacional de Assistência Social, é considerado o maior programa brasileiro de transferência de renda mensal do Governo Federal. Seu objetivo é assistir a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social e que comprove não ter meios para a manutenção das necessidades básicas de sua família (BRASIL, 2006).

Em tempos atuais, a exclusão social ainda atinge grande parte da população brasileira. Segundo Franchikoski e Cesco (2017), no Brasil, a pobreza é estrutural, fruto das desigualdades presentes na distribuição das riquezas socialmente produzidas. A pobreza endêmica na sociedade brasileira decorre das injustiças sociais construídas historicamente.

Nesse contexto que se deu a criação do PBF, em 2003, com os seguintes objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades, por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos como saúde, educação, assistência social e segurança alimentar. Além de promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL, 2006).

De acordo com Costa e Lobo (2014), o nível de desigualdade no país já é, desde 2004, o mais baixo das últimas décadas. Em termos de redução da pobreza, o Brasil avançou 10,2 pontos percentuais entre 2001 e 2007, o que a América Latina, como um todo, demorou 15 anos para conquistar. Os autores afirmam que essas transformações não decorrem apenas da implementação dos programas de transferência de renda, porém, principalmente nos Estados do Norte e Nordeste do Brasil, destacam que seu papel foi fundamental.

Cabe registrar que, de acordo com um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), citado por Costa e Lobo (2014), é inegável o impacto do PBF na melhoria das condições de vida da população em situação de vulnerabilidade. Estima-se que mais de 17,1 milhões de brasileiros foram retirados da situação de miséria por conta dos programas sociais e dos benefícios da Previdência.

O que se pode constatar é que, de um modo geral, o programa tem se destacado positivamente no tocante à renda e ao impacto no movimento de combate à pobreza e à desigualdade social (SILVA, 2016).

Considerando a dimensão nacional e a relevância política do PBF, este estudo busca analisar a atuação do Programa Bolsa Família e seu impacto na concretização do objetivo de retirar os indivíduos da extrema pobreza.

Essa análise se faz necessária para verificar se a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social está tendo uma melhoria em sua qualidade de vida, mediante o recebimento desse benefício financeiro. E assim, verificar se esse modelo de transferência direta de renda para as famílias seria a melhor escolha do governo.

O presente trabalho teve como questão norteadora: Quais os impactos e as contribuições do Programa Bolsa Família no combate à pobreza. O objetivo deste trabalho é analisar a contribuição que o Programa Bolsa Família exerce na alteração do perfil socioeconômico das pessoas que vivem em situação de pobreza e que são beneficiárias do programa. Os objetivos específicos foram: evidenciar mediante dados compilados em trabalhos científicos, a relevância do Programa Bolsa Família para retirar indivíduos da extrema pobreza e identificar as melhorias das famílias beneficiadas nas áreas de educação, saúde e trabalho.

Este estudo se caracteriza como uma revisão de literatura, do tipo narrativa, com abordagem exploratória descritiva. A escolha deste método permitiu à pesquisadora responder à questão norteadora: Quais os impactos e as contribuições do Programa Bolsa Família no combate à pobreza?

A abordagem narrativa, segundo Cordeiro et al. (2007) busca apresentar a temática do estudo de forma mais aberta, por possuir um protocolo flexível para seu desenvolvimento, a qual se instrumentaliza por meio de fontes não e pré-determinadas. A abordagem exploratória conforme Gil (2008) possui como finalidade desenvolver e apresentar uma visão ampla sobre o assunto estudado, aproximando o leitor, acerca do fato pesquisado. Já a forma descritiva da narrativa, se coloca como elemento descritor do fenômeno estudado.

Para a seleção das bibliografias, realizou-se o levantamento de dados nas bases online, a saber: Google Acadêmico e sítio do Ministério do Desenvolvimento Social. Foram incluídas as fontes não e pré-determinadas correspondentes ao período de 2004 a 2017, totalizando 30 artigos, que após leitura exploratória, restaram 26 artigos selecionados para compor a revisão de literatura, onde foi realizada uma reflexão crítica como forma de análise.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Construção histórica sobre o Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família é o maior programa brasileiro de transferência de renda e integra a política pública intitulada Fome Zero, que visa combater a pobreza por meio da garantia da transferência condicionada de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza e assegurar o direito humano à alimentação adequada. O objetivo do programa é promover a segurança alimentar e nutricional, assim como a erradicação da extrema pobreza atrelada à conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome e à exclusão social (BRASIL, 2007).

Historicamente, esse processo de transferência de renda teve início em nível municipal no ano de 1995, com a implantação das experiências pioneiras em cidades do interior paulista e em São Paulo, tendo como exemplo as experiências vivenciadas do Programa Bolsa Escola em Brasília-DF. Por conseguinte, se deu com a implementação de programas em nível de Estados e programas federais, culminando com a proposta de unificação desses programas mediante a criação do Programa Bolsa Família, em 2003 (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2007).

O PBF surgiu em 2003 em decorrência da junção de quatro programas federais criados entre 2001 e 2002, que são: o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação (Bolsa Escola), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Saúde (Bolsa Alimentação) e o Programa Auxílio-Gás (BRASIL, 2004).



Cabe destacar que esses programas sociais foram unificados porque havia uma coincidência entre as famílias beneficiadas. Dessa forma, não fazia sentido um cadastro diferenciado para cada programa, uma vez que as famílias que eram beneficiadas com um dos programas, na verdade, faziam jus também aos demais.

Uma outra justificativa para essa junção seria uma otimização nos mecanismos de fiscalização e transparência dos programas sociais. Dentre os objetivos propostos pelo Programa está a independência da família. Espera-se que os beneficiários deixem de necessitar do programa ao apresentar melhorias nas condições de vida e desenvolverem meios próprios de sustento.

De acordo com Fronza (2010), esse objetivo é uma meta de longo prazo que requer políticas, programas e projetos de inserção profissional e escolarização/capacitação que possibilitem às famílias chegar às “portas de saída”, como são chamadas as portas de desligamento do Programa para aqueles que alcançarem tais objetivos.

Conforme ressaltam Silva e Lima (2010), o PBF representou um certo avanço para as políticas sociais brasileiras, *in verbis*:

*“O Programa Bolsa Família é considerado, na sua caracterização e na sua dimensão quantitativa, o maior programa social implementado no Brasil pela abrangência geográfica, pelo total de famílias atendidas e pelo significativo montante de recursos orçamentários nele alocados.”*

Uma característica importante do Programa é o atendimento do núcleo familiar de forma integral e não dos membros da família individualmente. Outro fator positivo é que o PBF reconhece a importância do papel das mulheres no interior da família. Elas são, preferencialmente, as responsáveis legais para o recebimento dos benefícios.

Cabe destacar, ainda, a criação do Cadastro Único para Programas Sociais com a função de identificar e caracterizar o perfil socioeconômico das famílias brasileiras de baixa renda a fim de que essas informações sejam instrumentos para a seleção de beneficiários e para a integração dos programas sociais que atendam a esse perfil da população. Importante ressaltar que a inserção das famílias no PBF é feita por meio de sua inscrição no cadastro único, que é de gestão municipal.

## 2.2 Atuação do Programa Bolsa Família

Atualmente, o PBF atende a cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o Brasil. O programa beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 85,01 a R\$ 170,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00) instituído através da Lei Federal n. 10.836, de 9/1/2004 e Decreto n. 5.209, de 17/9/2004. Qualquer família na extrema pobreza pode participar do programa, enquanto as famílias em situação de pobreza somente participam caso tenham algum filho de até 17 anos. Os valores dos benefícios variam com a condição de pobreza e a composição familiar (BRASIL, MDS, 2015).

A fim de receber o benefício, as famílias também devem cumprir certas condicionalidades, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social. As condicionalidades ligadas à área de educação são: matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino; garantir a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo; informar sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes de 6 a 15 anos (COSTA E LOBO, 2014).

Com relação à saúde, as condicionalidades das gestantes e nutrizes são: inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde, participar das atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável (COSTA E LOBO, 2014).

As condicionalidades dos responsáveis pelas crianças menores de 7 anos são: manter atualizado o calendário de imunização, levar a criança às unidades de saúde para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento (BRASIL, MDS, 2014).

A expectativa, de acordo com documentos oficiais do Programa, é de que o cumprimento das condicionalidades tanto possibilite o acesso e a inserção da população pobre nos serviços sociais básicos, como favoreça a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza, configurando, assim, uma espécie de “porta de saída” do programa.

Cabe, ante todo esse contexto, apresentar uma reflexão teórica sobre o conceito de pobreza.

De acordo com Chambers (2006), não é tarefa simples entender a pobreza, pois apesar de estar presente no cotidiano de todas as cidades, ela pode ter diferentes formas de expressão e significados, dependendo do tempo histórico, do local e do entendimento sobre pobreza que cada grupo humano tem sobre o assunto. Na maioria das vezes, as teorias são elaboradas por pessoas que não se enquadram nos padrões de pobreza definidos elas mesmas.

Toma-se como princípio o conceito de pobreza elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu Glossário da Pobreza e Desenvolvimento Humano – 2007, que a define como a negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano, refletida na falta de educação, de meios materiais, na exclusão e na falta de liberdade (PNUD, 2007).

No Brasil, a exclusão social está presente nos dias atuais e atinge grande parte da população. Na verdade, essa exclusão faz parte da realidade brasileira desde o período colonial. Para Ribeiro (2005), o processo de colonização foi opressor e desumano.

Ante aos cenários de exclusão social, as diferentes dimensões da pobreza marcam as histórias de vida de cada pessoa e se manifestam em face das necessidades, da falta de trabalho e de uma educação eficiente. Isso se reflete na violência, no uso de drogas e de todas as mazelas sociais pertencentes a esse cenário.

Segundo Silva (2016), a questão da pobreza está diretamente associada à desigualdade social e ao processo de desestruturação do mercado de trabalho e que é fruto do produto das relações sociais construídas nas contradições oriundas do capital, que perpetuam as múltiplas expressões da pobreza e, ao mesmo tempo, naturalizam os pobres nessa condição de verdadeira vulnerabilidade e exclusão social, uma vez que eles são excluídos não só do acesso a patamares mínimos de renda para sua reprodução, mas também dos direitos fundamentais e legalmente constituídos que asseguram a condição de cidadania.

A falta ou insuficiência de renda são fatores relevantes na teorização da pobreza, mas é importante observar que ela não pode ser vista apenas por esse ângulo. A pobreza pode ser definida também como a falta de acesso a recursos que possibilitem um padrão de vida em que sejam supridas as necessidades básicas como alimentação,

higiene, vestuário, educação, lazer, entre outras. São então pobres aqueles sujeitos que, além de não possuírem renda suficiente para satisfação de suas necessidades e nem acesso a outras alternativas para satisfazê-las, não são valorizados e respeitados como cidadãos (FRONZA, 2010).

Por tudo isso, os programas de transferência de renda se fazem tão importantes na garantia da distribuição dos bens socialmente produzidos, sem também esquecer que é preciso complementar o acesso a outras formas de desenvolvimento humano.

A política social no Brasil passou por diferentes momentos de proteção e desproteção social. Atualmente, a Constituição Federal de 88 garante ao povo diversas conquistas nas áreas dos direitos civis, políticos e sociais. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993 estabelece, no art. 1º, a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, em que este deve prover mínimos para o atendimento às necessidades básicas, *in verbis*:

*[...] a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas* (BRASIL. LOAS, 1993).

Percebe-se que ainda há muito o que fazer na luta pelo básico. Apesar de todas as mudanças alcançadas com a criação de programas que buscam atender tais necessidades, ainda não é possível supri-las de forma que promovam melhoras significativas que levem as pessoas à situação de autonomia socioeconômica.

Atualmente 11 países têm programas nacionais de transferência de renda. Além da França, dez dos 12 países que compõem a União de Nações Sul-Americana (UNASUL), possuem ações, são eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. As exceções são Guiana e Suriname, onde não se identificam programas específicos de transferência condicionada de renda, mas uma série de políticas isoladas com o objetivo de garantir direitos e melhorar a qualidade de vida das pessoas (BRASIL, 2016).

No Brasil, por meio do Programa Bolsa Família, está sendo construído o ali-  
cerce na busca da redução da pobreza, melhoria da saúde e alcance dos direitos hu-

manos. É com esse programa que o governo busca diminuir a desigualdade social de modo que todos sejam reconhecidos como cidadão, indistintamente.

Segundo Paiva, Falcão e Bartholo (2014), o Bolsa Família é tão eficaz para alcançar os mais pobres quanto outros bons programas internacionais do mesmo gênero. A adoção da renda declarada como critério de entrada e permanência no PBF simplificou a comunicação com beneficiários, deu transparência à concessão de benefícios e facilitou o controle.

De acordo com Souza e Osorio (2014), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2003 e 2011, a renda *per capita* brasileira cresceu mais de 40%, de cerca de R\$ 550,00 para pouco mais de R\$ 770,00; e a desigualdade medida pelo coeficiente *Gini* diminuiu 9,2%. A extrema pobreza teve queda de 8% para pouco mais de 3% da população, e a pobreza recuou de 16% para 6% da população.

A transferência de renda como modelo de combate à extrema pobreza obteve vários êxitos no Brasil. Questões como garantia alimentar advinda da transferência de renda do PBF resultaram em inegáveis avanços sociais, sendo a redução da mortalidade infantil um dos mais importantes.

Segundo um estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), que avaliou os efeitos do PBF sobre a mortalidade infantil de 2004 a 2009, o Programa ajudou a reduzir em 17% a mortalidade geral entre crianças nos municípios onde tinha alta cobertura, sendo que essa redução foi ainda maior se considerada a mortalidade específica por algumas causas como desnutrição (65%) e diarreia (53%) (ONU, 2013).

De acordo com Campello (2014), há evidências de que o PBF reduz a prevalência de baixo peso ao nascer e a mortalidade infantil, seja por doenças infectocontagiosas, desnutrição ou diarreia. O atendimento básico de saúde foi fortalecido pelas condicionalidades, elevando taxas de amamentação e vacinação e reduzindo a hospitalização de crianças.

Na educação, as condicionalidades ajudaram a aumentar os percentuais de meninos e meninas na escola. Os alunos acompanhados pelo PBF corrigiram sua desvantagem em evasão e aprovação, agora eles se saem tão bem quanto os demais.

A condicionalidade de educação do PBF exige frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. No caso de descumprimento, as escolas precisam registrar os motivos. As condicionalidades também são um compromisso do poder público, não somente das famílias.

Segundo Craveiro e Ximenes (2014), quanto ao total de estudantes com até 15 anos concluintes do ensino fundamental regular, embora o resultado nacional dos estudantes do PBF (75,6%) seja um pouco inferior ao dos demais alunos da rede pública (79,4%), seus resultados são melhores nas regiões mais pobres e com maior cobertura do programa. O destaque está na região Nordeste, onde 71,3% dos estudantes do PBF conseguem terminar o ensino fundamental até os 15 anos, contra 64% dos demais da rede pública. Há um ajuste na trajetória dos alunos acompanhados pelo programa no decorrer do tempo, o que torna seus resultados bem destacados no nível do ensino médio.

Ainda segundo a análise de Craveiro e Ximenes (2014), no ensino fundamental, a taxa de abandono escolar é menor entre os estudantes do PBF desde os anos iniciais (1,5% contra 1,8%) até os finais (4,4% contra 4,8%), com grande diferença nas regiões Norte e Nordeste. No ensino médio, os resultados nacionais já são significativamente melhores para os estudantes do PBF, tanto em abandono (7,4% contra 11,3%), quanto em aprovação (79,7% contra 75,5%).

Conforme trabalho de Jannuzzi e Pinto (2014), realizado em 2009, com uma amostra que abrangeu 269 municípios em todo o Brasil, no qual ele traz evidências empíricas dos efeitos do PBF a partir da pesquisa Avaliação de Impacto do Bolsa Família (AIBF), o programa elevou a frequência escolar no Nordeste, o que pode ter contribuído para alguma redução do trabalho infantil. Grávidas beneficiárias fizeram mais acompanhamento pré-natal (1,6 visita a mais), e o peso ao nascer de suas crianças (3,26 kg) foi superior ao das demais (3,22kg).

A citada avaliação demonstrou, ainda, que o programa não provoca efeito desmobilizador de beneficiários no mercado laboral. Chefes de famílias beneficiárias apresentam nível de ocupação, jornada e procura de emprego muito próximos aos de outros com perfil socioeconômico equivalente.

Ademais, a AIBF destacou que, comparativamente às demais mulheres, as beneficiárias – em larga maioria, titulares do cartão do programa – vêm adquirindo maior autonomia e poder nas decisões familiares, poder de compra de bens duráveis, remédios e vestuário, participação no mercado de trabalho e autonomia no uso de métodos contraceptivos, tendências que certamente contribuíram para a expressiva diminuição da fecundidade no país.

Cabe ressaltar que uma crítica comum a programas de transferência de renda focalizados é que gerariam o “efeito preguiça”. De acordo com Oliveira e Soares (2014), se for possível extrair uma grande conclusão dos estudos relativos a essa crítica, esta seria: os programas de transferência de renda condicionada possuem impactos pequenos sobre o mercado de trabalho, e alguns desses impactos, como a redução da jornada de trabalho das mães e o aumento da probabilidade de trabalho para certos grupos, são positivos ou não necessariamente ruins.

Destaca-se que em 2014, o PBF foi reconhecido pela ONU como fundamental para a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome. O país reduziu em 82% o número de pessoas subalimentadas entre 2002 e 2013. O Bolsa Família, aliado à integração de diversas ações para redução da pobreza, também colaborou para que o Brasil fosse um dos países que mais contribuiu para o alcance global do 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que era reduzir, até 2015, a pobreza extrema à metade do nível de 1990. O país superou a meta, reduzindo índices de 25,5% para 3,5%. Quanto à mortalidade infantil, a integração do programa com outras políticas sociais permitiu uma redução bem acima da média mundial (BRASIL. MDS, 2016).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que o Programa Bolsa Família exerce forte influência para a melhoria do perfil socioeconômico das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista a redução do número de pessoas subalimentadas e a redução da mortalidade infantil dentre essas pessoas desde a sua implementação.

Foi possível identificar, de acordo com os resultados dos trabalhos citados, que o Brasil apresenta índices percentuais de pobreza e extrema pobreza em declínio

desde 2003. Percebeu-se também um aumento da extensão de famílias beneficiadas ao longo dos 13 anos de funcionamento do programa.

Nota-se que as melhorias nas áreas de saúde, educação e trabalho das famílias beneficiadas foram significativas considerando a redução expressiva no índice de mortalidade infantil, o aumento do número de gestantes beneficiárias que fizeram o acompanhamento pré-natal, assim como o aumento do peso ao nascer de suas crianças. Observa-se ainda um aumento total de estudantes do PBF que concluíram o ensino fundamental regular, assim como uma redução na taxa de abandono escolar entre esses estudantes. Com relação ao mito de que o PBF acomodaria, geraria dependência e desincentivaria o trabalho dos adultos, verificou-se que não há evidências de desestímulo ao trabalho ou a sua formalização.

Embora se reconheça o mérito e o efeito distributivo do PBF, a focalização de suas ações no combate à pobreza, sem integração com outras políticas que atendam às necessidades básicas da população e que forneçam bens e serviços públicos de qualidade, pode gerar o enfraquecimento da consolidação da cidadania.

Portanto, para o enfrentamento da pobreza brasileira é primordial que os programas venham acompanhados de uma ativa e permanente política de geração de emprego e renda, e de um ambiente macroeconômico favorável às políticas sociais.

Assim, verifica-se que o modelo de programa social baseado na transferência direta de renda do Estado para as famílias pode ser efetivo no combate à extrema pobreza desde que conjugado com outras ações estatais que promovam a efetividade dos direitos fundamentais sociais.

É importante também que haja uma maior fiscalização do PBF por parte do governo federal para verificar se a sua execução está de fato auxiliando no processo de formar cidadãos emancipados e autônomos, ou apenas criando uma dependência financeira do benefício.

O ideal seria construir políticas conjuntas de crescimento e desenvolvimento que envolvessem governo, empresários, trabalhadores e sociedade civil.

De toda forma, é perceptível que o alívio imediato da pobreza é hoje o resultado mais expressivo do PBF em todo o Brasil. Todavia, é de suma importância que se



realizem estudos nessa área buscando a melhoria da política básica nas três esferas do governo.

A pobreza afeta a todos, não só aqueles que se encontram em tal situação, por isso, combatê-la depende também de todos e é a partir daí que se alcançará uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS**. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Institui o Programa Bolsa Família**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/Plone/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia>>. Acesso em: 17 jul. 2017. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Metodologias e Instrumentos de Pesquisas de Avaliação de Programas do Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa>>. Acesso em: 17 jul. 2017. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Condicionalidades do Programa Bolsa Família: perguntas frequentes**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/Plone/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia>>. Acesso em: 20 jul. 2017. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família reduz índices de pobreza e é referência internacional**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/Plone/central-de-conteudo/bolsa-familia/publicacoes-bolsa-familia/>>. Acesso em: 21 jul. 2017. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **O Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 10 jun. 2017. Brasília, 2016.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania – Sumário Executivo**, p. 13-14. Brasília: IPEA, 2014.

CARDOSO JUNIOR, J.C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. **Questão social e políticas sociais o Brasil contemporâneo**, p. 181-260. Brasília: IPEA, 2005.

CHAMBERS, R. **O que é a pobreza? Quem pergunta? Quem responde?** UK, 2006.

CORDEIRO, Alexander Magno et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Rev. Col. Bras. Cir., Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, Dec. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-69912007000600012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912007000600012&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 18 de junho de 2017.

COSTA, M.M.M.; LOBO, T.A. O Programa Bolsa Família: origem deste modelo, formas de implementação e desafios contemporâneos. **XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2014

CRAVEIRO, C.B.A.; XIMENES, D.A. Dez anos do Programa Bolsa Família: Desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania – Sumário Executivo**, p. 23-24. Brasília: IPEA, 2014.

FRANCHIKOSKI, S.C.; CESCO, S. Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol. 25, n. 1, p. 107-130, fev. 2017.

FRONZA, P. **Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JANNUZZI, P.M.; PINTO, A.R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania – Sumário Executivo**, p. 33-34. Brasília: IPEA, 2014.

OLIVEIRA, L.F.B.; SOARES, S.S.D. “Efeito Preguiça” em programas de transferência de renda. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania – Sumário Executivo**, p. 57-58. Brasília: IPEA, 2014.

ONU. **Estudo sobre o impacto do Programa Bolsa Família na redução da mortalidade infantil**. Brasília, 2013.

PAIVA, L.H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania – Sumário Executivo**, p. 15-16. Brasília: IPEA, 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Glossário da Pobreza e do Desenvolvimento Humano. In: **Relatório do Desenvolvimento Humano 2007**. Brasília, 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro** (1995). São Paulo, 2005.

SILVA, J.N. **A importância do Programa Bolsa Família**. Trabalho de Conclusão de Curso Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2016.

SILVA, M.O.S.; YASBEK, M.C.; GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3ª ed. São Paulo, 2007.

SILVA, M.O.S.; LIMA, U.F.S.A. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo, 2010.

SOUZA, P.H.G.F.; OSORIO, R.G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania – Sumário Executivo**, p. 29-30. Brasília: IPEA, 2014.